

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) – Comunicação de**

Líder: Obrigado, Ver.^a Mônica Leal; boa tarde, senhoras e senhores que acompanham as nossas discussões de trabalho na tarde de hoje, colegas municipais que se encontram em peso não somente aqui dentro, porque houve uma significativa redução na permissão de acessos, justamente por conta do espaço nas galerias, mas entendemos que a Casa do Povo é um local de conversa, de interlocução, mas é também um local de manifestação e luta por

parte daqueles que serão, na tarde de hoje, atingidos e atacados, vamos deixar às claras, pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior. Na quarta-feira da semana passada, nós tivemos a priorização, por parte do líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro, do PLCE nº 002/19, que altera significativamente o nosso Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Eu, como professor do Município, percebo toda a situação dramática em que o prefeito está colocando as diferentes categorias que compõem os servidores municipais desta Cidade. É terrível perceber que não há muita sensibilidade, mas há a possibilidade de muitos vereadores e vereadoras que se encontram neste plenário na tarde de hoje de escutarem. A permeabilidade para escutar permite que a pessoa possa refletir e analisar os rumos que vai tomar em algo tão importante como é a votação deste projeto de lei. Nós lamentamos também que, em vista da desinformação, muitas pessoas estejam utilizando argumentos falsos, falaciosos e fazendo comparações muito rasas com relação ao setor primário e com relação às diferentes categorias do funcionalismo público municipal, falando que existem muitas vantagens e benefícios entre os servidores e que esses benefícios não existem na iniciativa privada. Comparando também de forma muito tosca os salários, os vencimentos dos trabalhadores da iniciativa privada com os dos servidores públicos do Município. Eu não consegui encontrar de onde tiraram as estimativas de salário médio de professores e de outras carreiras do serviço público municipal. Eu tentei buscar no portal de transparência da Prefeitura os dados que alguns vereadores trouxeram, e inclusive falaram na audiência pública que um professor do Município de Porto Alegre recebe em média mais de R\$ 8 mil. Isso não é verdade! Isso não é verdade! De forma alguma. E que os professores, por exemplo – vou só citar o caso da minha categoria -, recebem avanços na forma de triênios e isso não acontece na iniciativa privada. Isso acontece, sim! Eu sou professor da rede privada também, sou professor, e nós recebemos quadriênios! Muitos trabalhadores da iniciativa privada recebem

participação nos lucros das suas empresas; e os servidores públicos municipais não recebem! Portanto, são trabalhos distintos, são regimes distintos, existem regramentos específicos e o que está para ser feito aqui é justamente um ataque a esses servidores que prestam serviço público para a população de Porto Alegre. Na nossa visão, e eu falo aqui em nome da minha bancada, a bancada do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade -, portanto falo em nome dos vereadores Roberto Robaina e Karen Santos, o ataque aos servidores tem o intuito de impactar negativamente a prestação dos serviços à nossa população. Os serviços de saúde, educação, segurança – representados pela Guarda Municipal – apresentam servidores de carreira que precisam ser valorizados; caso contrário, esses ofícios, esses trabalhos vão se transformar em um bico. É tudo que nós não queremos. Nós queremos mão de obra qualificada, mão de obra especializada, mão de obra que preste um bom serviço à nossa população. Agora, o que o prefeito faz não é somente injusto; é desumano, é desleal. O sucateamento imposto ao DMAE para que pareça que o serviço é ruim nada mais é do que uma intenção de privatizar a oferta de água e esgoto para a nossa população. É isso! Dizer que a prestação do serviço é ruim significa que não há qualidade de trabalho sendo oferecida. Há quanto tempo que não há concurso público? O quadro de RH, no DMAE especificamente, não sofre chamamentos há muitos anos, mas mesmo assim os servidores lutam contra as imposições, tentando manter a oferta de serviço de água trata e de esgoto para a nossa população.

E aí o Governo diz que não tem dinheiro, e a falta de dinheiro pode ser corrigida com esse projeto, que, no primeiro ano, economizaria R\$ 16 milhões, sendo que o próprio Prefeito garantiu R\$ 35 milhões de verba publicitária para esse ano. R\$ 16 milhões em economia com salários e R\$ 35 milhões, previstos em orçamento, para publicidade, senhoras e senhores, isso é no mínimo imoral. A lei do orçamento do ano passado previa um déficit orçamentário, e a dos dois anos anteriores também: déficit orçamentário, contas no vermelho. Em 2017, o superávit foi de 160 milhões; em 2018, o superávit foi de R\$ 366 milhões. Não há déficit, o que há é a intenção de atacar os servidores e fazer economia com os seus salários. O que existe é a intenção de prejudicar a oferta do serviço público para terceirizar os serviços, para achatar ainda mais os salários do trabalhador. O que há é a intenção real de colocar na mão da iniciativa privada para gerar lucros para poucos o serviço que é para muitos. E atentem-se ao que está acontecendo na Europa, porque, muitas vezes, o que acontece no velho mundo serve de moda ou espelho para o novo mundo. O que está acontecendo na Europa é uma onda de reestatização dos serviços,

porque os serviços entregues à iniciativa privada não deram certo, são ruins, prejudicam a população. Mais de 800 iniciativas estão reestatizando os serviços. A Alemanha é um exemplo, privatizou o que podia, durante décadas passadas, e, agora, pensou e está voltando atrás. É hora de nós não entrarmos nessa barca furada, porque, quando voltarmos, é muito possível que seja tarde. Uma boa tarde a todos, e que sigamos nosso trabalho.

(Texto sem revisão final.)